
Memorando UCI Nº 036/2025

De Unidade de Controle Interno

Ao Departamento Legislativo

Assunto: Recomendação Administrativa nº 002/2025 – MPCPR

Anexo: RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 002/2025-GPGMPC

A Unidade de Controle Interno informa o recebimento da **Recomendação Administrativa nº 002/2025-GPGMPC**, expedida pelo Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, que estabelece orientações e deveres institucionais relativos ao regime constitucional de precatórios, especialmente no que diz respeito às responsabilidades afetas ao Poder Legislativo Municipal.

Diante das determinações constantes da recomendação, solicito que este Departamento Legislativo adote as seguintes providências:

1. **Encaminhar, individualmente, a cada vereador, cópia integral da Recomendação Administrativa nº 002/2025-GPGMPC**, obtendo comprovação formal de recebimento;
2. **Providenciar a leitura integral da Recomendação na próxima sessão ordinária da Câmara Municipal**, conforme previsto no item IV.3 do documento ministerial;
3. **Enviar a este Controlador Interno certidão atestando o cumprimento dos itens 1 e 2**, acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios (tais como protocolos de recebimento, registro da leitura em sessão ou ata, entre outros meios idôneos).

Solicita-se que tais providências sejam adotadas com brevidade, para fins de adequada instrução do processo administrativo e eventual comunicação ao Ministério Público de Contas.



Atenciosamente,

Fazenda Rio Grande – PR, 26 de novembro de 2025



Documento assinado digitalmente

RENILDO AGUIS BORGES JUNIOR

Data: 26/11/2025 14:15:20-0300

Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

RENILDO AGUIS BORGES JUNIOR
Controlador Interno



Memorando UCI Nº 037/2025

De Unidade de Controle Interno

À Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle

Assunto: Recomendação Administrativa nº 002/2025 – MPCPR

Anexo: RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 002/2025-GPGMPC

Senhores Membros da Comissão,

A Unidade de Controle Interno informa o recebimento da **Recomendação Administrativa nº 002/2025-GPGMPC**, expedida pelo Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, a qual estabelece diretrizes e obrigações relacionadas ao regime constitucional de precatórios e à análise orçamentária por parte do Poder Legislativo.

Considerando que a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026 já foi votada, com primeira votação realizada em 10/11 e segunda votação em 24/11, solicita-se que esta Comissão proceda à análise do texto aprovado, especificamente no tocante às exigências constantes da recomendação, avaliando:

1. **A suficiência da dotação orçamentária prevista na LOA/2026** para o pagamento integral dos precatórios de regime geral e das Requisições de Pequeno Valor – RPVs;
2. **A correspondência entre os valores constantes da LOA e a relação de precatórios do Município**, observando ordem cronológica e montantes devidos;
3. **A necessidade de elaboração de manifestação técnica da Comissão**, ainda que posterior à votação, para fins de instrução do processo administrativo e eventual remessa ao Ministério Público de Contas, conforme item III da Recomendação Administrativa.


Solicita-se, ainda, que o parecer ou manifestação elaborada pela Comissão seja encaminhado a esta Controladoria Interna para juntada aos autos



e atendimento das obrigações de transparência e controle decorrentes da recomendação ministerial.

Atenciosamente,

Fazenda Rio Grande – PR, 26 de novembro de 2025

Documento assinado digitalmente
 **RENILDO AGUIS BORGES JUNIOR**
Data: 26/11/2025 14:15:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RENILDO AGUIS BORGES JUNIOR
Controlador Interno



Fazenda Rio Grande, 02 de dezembro de 2025.

Memorando 017/2025 – Departamento Legislativo

De: Departamento Legislativo.

Para: Unidade de Controle Interno (A/C: Senhor Controlador Interno Renildo Aguis Borges Junior)

Assunto: Comprovação de Cumprimento da Recomendação Administrativa nº 002/2025-GPGMPC (Referência: Memorando UCI Nº 036/2025).

Prezado Senhor Controlador Interno,

Em atenção ao Memorando UCI Nº 036/2025, de 26 de novembro de 2025, referente à Recomendação Administrativa nº 002/2025-GPGMPC do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná (MPCPR), o Departamento Legislativo vem informar o **integral cumprimento das providências solicitadas** no documento.

Providências Adotadas

O Departamento Legislativo realizou as seguintes ações, conforme as determinações do item IV.3 da Recomendação Administrativa nº 002/2025-GPGMPC e as solicitações dos itens 1 e 2 do Memorando UCI Nº 036/2025:

1. **Encaminhamento Individual aos Vereadores:** Foi providenciado o encaminhamento de cópia integral da Recomendação Administrativa nº 002/2025-GPGMPC a **todos os vereadores** do Município. A comprovação formal de recebimento foi obtida no dia **01 de dezembro de 2025**.
2. **Leitura em Sessão Ordinária:** A Recomendação Administrativa nº 002/2025-GPGMPC foi lida em sua íntegra durante a **37ª Sessão Ordinária** da Câmara Municipal realizada no dia 01/12/2025.

Documentos Comprobatórios (Anexos)

Para fins de instrução processual e comunicação ao Ministério Público de Contas, e em cumprimento ao item 3 do Memorando UCI Nº 036/2025, anexamos e/ou indicamos os seguintes comprovativos:



Documento	Tipo de Comprovação	Detalhe
Certidão de Recebimento Individual	Recebimento por Vereadores (Item 1).	Arquivo PDF contendo as assinaturas de recebimento dos Vereadores, datadas de 01/12/2025.
Pauta da 37ª Sessão Ordinária	Leitura em Sessão (Item 2)	Link do SAPL que consta a pauta da sessão onde a leitura foi realizada: https://sapl.fazendariogrande.pr.leg.br/sessao/672
Transmissão da Sessão	Leitura em Sessão (Item 2)	Link da gravação/transmissão da 37ª Sessão Ordinária: https://www.youtube.com/watch?v=i2HuGryfZM&t=1s

As informações de anexo e links serão utilizadas para elaborar a certidão que atestará o cumprimento das determinações, conforme solicitado.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou providências adicionais.

Atenciosamente.




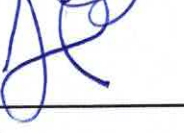

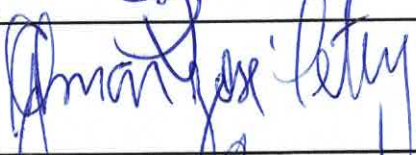






Documento assinado digitalmente
KELLYSSON DE BORBA
Data: 02/12/2025 09:41:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Kellysson de Borba
Coordenador do Processo Legislativo



RECIBO DE ENTREGA

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 002/2025-GPGMPC

<u>VEREADORES</u>	<u>ASSINATURA</u>	<u>DATA</u>
DÉIA TEODORO		02/12
ENFERMEIRO ZÉ CARLOS		01/12
ESIQUEL	Esiquiel Franco	02/12
FERNANDINHO		01/12
GILMAR PETRY		02/12
JOÉLITON LEAL		05/12/25
LACO		02/12
MACIÉL	Antonio R Maciel	02/12
MARILDA GARCIA		01/12
PROFESSOR FABIANO FUBÁ		02/12
PROFESSOR HÉLIO		02/12
PROFESSOR LÉO		02/12
THAUANA PADILHA	Thaúana de Araújo	01/12/25



Parecer nº 086/2025

SALA DAS COMISSÕES

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 002/2025-GPGMPC

I – RELATÓRIO

Trata-se de Recomendação Administrativa emitida pelo Ministério Público de Contas do TCE/PR, orientando gestores municipais sobre a correta forma de tratamento dos precatórios em suas leis orçamentárias, e indicando medidas a serem adotadas, especialmente pelo Prefeito Municipal, Procurador-Geral do Município, Controlador-Interno do Município, e Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças e seus membros.

Ao que cabe a Comissão de Finanças, Orçamentos Fiscalização e Controle, destacam-se os seguintes itens elencados na Recomendação Administrativa em análise:

- “1) Fazer em seus pareceres, em item específico, a análise pormenorizada dos valores totais dos precatórios de regime geral para com os valores constantes da Proposta de Lei Orçamentária, destacando a sua suficiência ou insuficiência quanto o seu integral cumprimento;*
- 2) Aferir em seus pareceres se houve a adequada previsão orçamentária para fazer frente às obrigações decorrentes de Requisições de Pequeno Valor – RPV;*
- 3) Disponibilizar o parecer sobre a Proposta de Lei Orçamentária no portal da Câmara Municipal, na internet, em até 05 (cinco) dias após a aprovação do mesmo pela Comissão, cujo formato do arquivo permita pesquisa textual.”*



II – ANÁLISE E CONCLUSÃO

Primeiramente, em conferências à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei de Orçamento Anual para o exercício de 2026 (LDO/LOA 2026), a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle verificou a existência de previsão de dotação orçamentária para cumprimento das sentenças judiciais.

Na LDO 2026 a previsão ocorreu conforme indicado a seguir:

Ação: 2.007 - Precatório e Sentenças Judiciais	28.843	40 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	7.550.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS			7.500.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)			7.500.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS			50.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)			50.000,00

Fonte: LDO 2026

Na LOA 2026 a previsão ocorreu conforme indicado a seguir:

Ação: 2.007 - Precatório e Sentenças Judiciais	28.843	40 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	7.550.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS			7.500.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)			7.500.000,00
4.4.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS			50.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)			50.000,00

Fonte: LOA 2026

Com a análise das peças orçamentárias é possível identificar que houve uma previsão de **R\$ 7.550.000,00** para custeio dos Precatórios e Sentenças Judiciais, estando os valores e ações idênticos nos dois documentos.

Ademais, o Anexo IV da LDO 2026 apresenta o Demonstrativo de Evolução do Patrimônio Líquido, bem como o Demonstrativo de Evolução da Dívida Consolidada, das quais é possível extrair as seguintes informações:



INSCRITO PARA PAGAMENTO EM 2026		
Precatórios – 24 Inscritos		7.550.000,00
0008481-50...	251.873,73	
0008481-50 ...	49.921,86	
0006838-50 ...	13.153,46	
0008481-50 ...	49.921,86	
0008481-50 ...	49.921,86	
0008481-50 ...	49.921,86	
0008481-50 ...	49.921,86	
0003814-16 ...	254.989,42	
0007924-56 ...	59.721,77	
0009886-17 ...	1.439.392,98	
0008453-48 ...	701.332,77	
0008453-48 ...	64.678,17	
0015396-11 ...	41.028,13	
0017035-64 ...	1.225.322,00	
0015876-86 ...	18.933,18	
0000895-18 ...	43.866,73	
0002962-53 ...	115.148,81	
0005502-74 ...	17.600,00	
0005908-95 ...	143.636,44	
0005904-58 ...	10.227,83	
0003543-68 ...	26.262,48	
0017038-19 ...	11.018,61	
0005160-63 ...	23.001,26	
0005653-76 ...	23.029,76	
Total		4.733.826,83
Pagamento de RPV	2.816.173,17	Obs. a ser apresentado em 2026
Total		7.550.000,00

Nota. (pagamento de RPV) – Valor estimado para pagamento de RPV em 2025 considerando a correção para os pagamento e a média de RPV recebido pelo Município em 2022, 2023 e 2024.
- Em 2026 ocorrerá o aumento de RPV em virtude das ações dos servidores quanto as ações do Plano de Carreira.

Fonte: LDO 2026 (adaptado)

Destaca-se, que foram encobertos os dados referentes aos nomes, a fim de manter o sigilo das informações pessoais, conforme orientado pela Recomendação Administrativa.

Assim, em análise às informações contidas na LDO 2026 é possível identificar que as dívidas decorrentes de precatórios, incluindo pagamentos de RPV, somam o total de **R\$ 7.550.000,00**, valor que confere com as dotações previstas, sendo destes **R\$ 2.816.173,17** para pagamento de RPV.



III – CONCLUSÃO

Logo, acerca dos pontos abordados pela Recomendação Administrativa nº 002-2025 emitida pelo Ministério Público de Contas do TCE/PR, conclui-se:

- 1) Realizada análise pormenorizada das leis orçamentárias para 2025, concluímos pela suficiência do montante previsto para o cumprimento do pagamento dos precatórios em regime geral.
- 2) Em análise aos dados dispostos no anexo IV da LDO 2026, foi possível identificar que existe a indicação de ordem cronológica para pagamentos dos precatórios, incluindo planejamento e valores para pagamentos de RPV.
- 3) Solicitamos a publicação deste parecer no portal desta Casa Legislativa, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018)

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2025.


Gilmar José Petry
Presidente

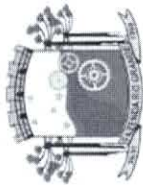

José Carlos Bernardes
Vice-Presidente


Esiquiel Franco
Membro

ANEXO IV

Demonstrativo Evolução do Patrimônio Líquido do
Município

Demonstrativo Evolução da Dívida Consolidada



MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
L.D.O 2025

Anexo 4 (LRF, ART, 4º §2º, inciso III) – Projeto Lei – LDO/2026

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Patrimônio/Capital	103.045.036,00	103.045.036,00	103.045.036,00	103.045.036,00	103.045.036,00	103.045.036,00	103.045.036,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	327.354.171,83	561.293.869,44	911.560.993,03	950.000.000,00	997.500.000,00	1.047.375.000,00	1.099.743.750,00
RESULTADO TOTAL	430.399.207,83	664.338.905,44	1.014.606.029,03	1.053.045.036,00	1.100.545.036,00	1.150.420.036,00	1.202.788.786,00

Nota

Para o Exercício de 2026/2027/2028 é considerado de 5% nos Recursos Acumulados

% Evolução do Patrimônio Líquido		
Exercício	Valor	% Aumento
2022	52.334.471,51	12,84%
2023	233.939.697,61	54,35%
2024	350.267.123,59	52,74%
2025	38.439.006,97	3,79%
2026	47.500.000,00	4,51%
2027	49.875.000,00	4,53%
2028	52.368.750,00	4,52%

Givanildo Francisco Pego
Contador
Mat: 349543

André Alexandre Rocha
Contador
Matrícula 359927

Francisco Roberto Barbosa
Secretário Mun. de Finanças
44.407.075



MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DEMONSTRATIVO EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

Anexo LRF – Evolução Dívida Consolidada – Projeto de Lei – LDO/2026

Descrição	2021	2022	2023	2024	1º Quadr. 2025	2025	2026	2027	2028
Dívida Consolidada (I)	28.387.862,40	33.140.956,86	37.472.456,83	69.012.163,36	106.852.487,89	128.908.255,78	144.296.504,95	155.272.307,04	156.150.764,81
Disponibilidade de Caixa (II)	97.154.000,92	134.543.492,04	141.713.026,86	219.364.815,03	204.766.940,29	150.000.000,00	160.000.000,00	160.000.000,00	170.000.000,00
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	-68.766.138,52	-101.402.535,18	-104.240.570,03	-150.352.651,67	-97.914.452,40	-21.091.744,22	-15.703.495,05	-4.727.692,96	-13.849.235,19
Receita Corrente Líquida (IV)	331.663.660,56	421.820.346,10	481.997.800,85	561.961.273,78	581.821.954,48	615.680.192,99	715.513.195,53	766.769.417,70	825.459.600,90
% da DC sobre a RCL (I/IV)	8,56%	7,86%	7,77%	12,28%	18,37%	20,94%	20,17%	20,25%	18,92%
% da DCL sobre a RCL (III/IV)	-20,73%	-24,04%	-21,63%	-26,75%	-16,83%	-3,43%	-2,19%	-0,62%	-1,68%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal (120% da RCL)	397.996.392,67	506.184.415,32	578.397.361,02	674.353.528,54	698.186.345,38	738.816.231,59	858.615.834,64	920.123.301,24	990.551.521,08

Nota

Para o Exercício de 2025 é considerado o recebimento de Operação de crédito e pagamento, inscrição e pagamento de Precatórios (incluindo os do Plano de Carreira) o que provisiona elevar a Dívida Consolidada superior em R\$ 59.896.092,42 em relação a 2024;

Para o Exercício de 2026 é considerado o recebimento e amortização do principal da dívida, inscrição e pagamento de Precatórios (incluindo os do Plano de Carreira), projeta-se que seja apurado um crescimento da Dívida consolidada de R\$ 15.388.249,17 em relação a 2025;

Para o Exercício de 2027 é considerado o recebimento e amortização do principal da dívida, inscrição e pagamento de Precatórios (incluindo os do Plano de Carreira), projeta-se que seja apurado um crescimento da Dívida consolidada de R\$ 10.975.802,09 em relação a 2026;

Para o Exercício de 2028 é considerado o recebimento e amortização do principal da dívida, inscrição e pagamento de Precatórios (incluindo os do Plano de Carreira), projeta-se que seja apurado um crescimento da Dívida consolidada de R\$ 878.457,77 em relação a 2027;

Endividamento Projetado para a Dívida Consolidada

Exercício	Valor	% DC
2021	28.387.862,40	8,56%
2022	33.140.956,86	7,86%
2023	37.472.456,83	7,77%
2024	69.012.163,36	12,28%
2025	128.908.255,78	20,94%
2026	144.296.504,95	20,17%
2027	155.272.307,04	20,25%
2028	156.150.764,81	18,92%

Endividamento Projetado para a Dívida Consolidada

Exercício	Valor	RCL	% DC	Limite P/ Endividamento
2021	28.387.862,40	331.663.660,56	8,56%	397.996.392,67
2022	33.140.956,86	421.820.346,10	7,86%	506.184.415,32
2023	37.472.456,83	481.997.800,85	7,77%	578.397.361,02
2024	69.012.163,36	561.961.273,78	12,28%	674.353.528,54
2025	128.908.255,78	615.680.192,99	20,94%	738.816.231,59
2026	144.296.504,95	588.633.944,94	24,51%	706.360.733,93
2027	155.272.307,04	626.271.614,44	24,79%	751.525.937,33
2028	156.150.764,81	671.440.207,02	23,26%	805.728.248,42

Nota: Memória do Cálculo

* Em 2025 foi recebido até julho de Operação de Crédito o Total de R\$ 28.766.397,77

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Operação de Crédito já contratada até 2025:

- Contrato Caixa Econômica Federal – R\$ 9.900.000,00;
- Contrato 039975337/2013 Obra PAC – R\$ 14.232.042,83;
- Contrato 039975337/2013 Obra PAC – R\$ 14.649.210,43
- Contrato 0519.568-55/2020 FINESA – R\$ 12.000.000,00;
- Contrato 106937 AG. FOM. 4045/2019 – R\$ 14.800.000,00;
- Contrato FINISA Caixa Econômica Federal – R\$ 70.000.000,00;
- Contrato Banco do Brasil – R\$11.000.000,00 (em contratação);

Pasep 3 – parcelamentos		13.142.841,10
3351	915.341,17	Receita Federal
3352	468.962,27	Receita Federal
232	11.758.537,66	Espolho João....

Operação de Crédito 6 Contratos		101.967.507,40
4085	8.025.547,71	Caixa Econômica
4086	216.735,32	Caixa Econômica
600386-72	66.193.208,34	Caixa Econômica
6238	8.232.146,18	Caixa Econômica
6239	7.187.014,64	Agência de Fomentos
977	1.112.855,21	Caixa Econômica
em Contratação	11.000.000,00	Banco Do Brasil

Resumo da Dívida	
Parcelamento Pasep/Espolho	13.142.841,10
Operação de Crédito 5 Contratos	101.967.507,40
18- Precatórios – Pagamento 2025	5.897.969,60
24 - Precatórios – Pagamento 2026	7.550.000,00
7 - Precatórios – Pagamento 2027	349.937,68
Total da Dívida	128.908.255,78

INSCRITO PARA PAGAMENTO EM 2025		
Precatórios – 18 inscritos		5.897.969,60
0003539-02...	51.590,52	Leandro ...
0003541-69...	30.021,16	Farracha ...
0003713-11...	32.357,09	Clarise ...
0006141-63...	219.680,20	Caroline ...
0007251-97...	336.851,73	Baena ...
0007784-56...	683.860,75	Arrua ...
0010263-22...	188.825,66	Delivar...
0001191-74...	12.641,93	Romano ...
0001908-86...	128.866,34	Nilzo ...
0001909-71...	1.212.785,96	Ariel...
0001910-56...	337.447,17	Daniele ...
0003350-87...	49.306,97	Advocaciaa ...
0003824-92...	59.261,66	Air ...
0006142-48...	2.445.802,81	Espolio ...
0006376-30...	29.036,56	Cachoeira ...
0003824-92...	42.616,73	Silvana ...
0008667-03...	15.650,01	Cachoeira ...
0003417-52...	21.366,35	Cleonice ...
Total		5.897.969,60



MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DEMONSTRATIVO EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

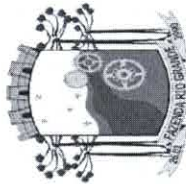
INSCRITO PARA PAGAMENTO EM 2026			7.550.000,00
Precatórios – 24 inscritos			
0008481-50...	251.873,73	Inês ...	
0008481-50 ...	49.921,86	Evelyn ...	
0006838-50 ...	13.153,46	Paviseve ...	
0008481-50 ...	49.921,86	Erik ...	
0008481-50 ...	49.921,86	Laertes ...	
0008481-50 ...	49.921,86	Cristiano ...	
0008481-50 ...	49.921,86	Erika ...	
0003814-16 ...	254.989,42	Baeda ...	
0007924-56 ...	59.721,77	Regina ...	
0009886-17 ...	1.439.392,98	Viação ...	
0008453-48 ...	701.332,77	Trele ...	
0008453-48 ...	64.678,17	Barbur ...	
0015396-11 ...	41.028,13	Luis ...	
0017035-64 ...	1.225.322,00	Turin ...	
0015876-86 ...	18.933,18	Caroline ...	
0000895-18 ...	43.866,73	Advocacia ...	
0002962-53 ...	115.148,81	Tomiko ...	
0005502-74 ...	17.600,00	Alessandra	
0005908-95 ...	143.636,44	Majure ...	
0005904-58 ...	10.227,83	Vitor ...	
0003543-68 ...	26.262,48	Neolina ...	
0017038-19 ...	11.018,61	Teresa ...	
0005160-63 ...	23.001,26	Romon ...	
0005653-76 ...	23.029,76	Valdemar ...	
Total	4.733.826,83		
Pagamento de RPV	2.816.173,17	Obs. a ser apresentado em 2026	
Total	7.550.000,00		

Nota. (pagamento de RPV) – Valor estimado para pagamento de RPV em 2025 considerando a correção para os pagamento e a média de RPV recebido pelo Município em 2022, 2023 e 2024.
- Em 2026 ocorrerá o aumento de RPV em virtude das ações dos servidores quanto as ações do Plano de Carreira.

INSCRITO PARA PAGAMENTO EM 2027			349.937,68
Precatórios – 7 inscritos			
242	21.165,95	Silvia ...	
243	51.119,54	Luiz ...	
244	12.677,83	Dayse ...	
246	176.345,41	Paviseve ...	
247	17.331,30	Gusso ...	
248	33.410,75	Ana ...	
249	37.886,90	Thamara ...	
Total	349.937,68		

Nota (7 – precatórios) foi apresentados até o envio da LDO ao Legislativo, onde até o mês de abril de 2026 poderão Ser apresentado outros precatórios.

Página 3



MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DEMONSTRATIVO EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

2026

Anexo LRF – Evolução Dívida Consolidada – Projeto de Lei – LDO/2026

Especificação	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	37.472.456,83	69.012.163,36	128.908.255,78	144.296.504,95	155.272.307,04	156.150.764,81
DEDUÇÕES (II)	141.713.026,86	219.364.815,03	150.000.000,00	160.000.000,00	160.000.000,00	170.000.000,00
DCL (III) = (I-II)	-104.240.570,03	-150.352.651,67	-21.091.744,22	-15.703.495,05	-4.727.692,96	-13.849.235,19

Nota Explicativa

Contrato 0519.568-55 - Finisa – contratado em 02/06/2020 – 120 meses – data para quitação maio de 2030 – saldo devedor em julho de 2025 de R\$ 8.025.547,71

Contrato 17944.101297/2023 – Finisa – contratado em 08/06/2022 – 120 meses – data para quitação Julho de 2032 – Saldo Devedor em junho de 2025 R\$ 66.193.208,34

Contrato 03999190/2013 – PAC – contratado em 20/11/2012 – 240 meses – data para quitação outubro de 2033 – Saldo Devedor em junho de 2025 R\$ 8.232.146,18

Contrato 039975337/2013 – PAC – contratado em 20/11/2012 – 240 meses – data para quitação outubro de 2033 – Saldo Devedor em junho de 2025 R\$ 216.735,32

Contrato 19155294/2007 – contratado em 29/09/2007 – 240 meses – data para quitação Setembro 2027 – Saldo Devedor em junho de 2025 R\$ 1.112.855,21

Contrato 106937 – Agência de Fomento - contratado em 25/11/2019 – 96 meses – data para quitação outubro 2027 – Saldo Devedor junho de 2025 R\$ 7.187.014,64

Precatórios – Diversos (49) com calendário de pagamento em 2025 e 2027 – Valor previsto R\$ 13.797.907,28

Parcelamento Pasep Contrato 10980726512/2012 – realizado em 30/08/2013 – quitação em 04/2033 – Saldo devedor em junho de 2025 R\$ 915.341,17

Parcelamento Pasep Contrato 10980726988/2012 – realizado em 23/09/2013 – quitação em 04/2033 Saldo devedor em junho de 2025 R\$ 468.962,27

Givanildo Francisco Pego
Contador
Mat: 349543

André Alexandre Rocha
Contador
Matrícula 359927

Francisco Roberto Barbosa
Secretário Mun. de Finanças
Decreto: 7649/2025